



A INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E A PRODUÇÃO DE CAFÉ NO BRASIL: QUALIDADE, IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Claudia A. Toniato Chilante¹, Eduarda S. F. M. Altoé², Rejane Sartori³

¹Discente do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (ProfNit), Universidade Estadual de Maringá - UEM. Pg406640@uem.br

²Discente do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (ProfNit), Universidade Estadual de Maringá - UEM. Pg406641@uem.br

³Docente do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (ProfNit), Universidade Estadual de Maringá - UEM. rsartori@uem.br

RESUMO

Este artigo apresenta um mapeamento das IGs brasileiras aplicadas à produção de café no Brasil. Com foco na distribuição, status regulatório, características produtivas e impactos socioeconômicos, a pesquisa utiliza abordagem bibliográfica e análise de conteúdo qualitativa, baseada em fontes oficiais e estudos acadêmicos recentes. Foram identificadas 20 IGs registradas, concentradas principalmente em Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Paraná, Espírito Santo e Rondônia. Os resultados evidenciam que as IGs promovem o aumento do valor econômico do café, reforçam a cultura local, preservam saberes tradicionais e incentivam práticas sustentáveis. As regiões com IG apresentam volumes significativos e preços superiores no mercado, destacando-se como instrumentos estratégicos para a competitividade do setor cafeeiro. Contudo, desafios como padronização de qualidade, comunicação e burocracia precisam ser enfrentados para ampliar o alcance das IGs. Conclui-se que as IGs vão além da proteção legal, atuando como mecanismos de inovação social, conservação ambiental e fortalecimento das cadeias produtivas, contribuindo para o desenvolvimento regional sustentável e a consolidação do café brasileiro como produto de excelência global.

PALAVRAS-CHAVE: Café; Competitividade; Desenvolvimento Sustentável; Indicações Geográficas.

1 INTRODUÇÃO

O café é um dos produtos agrícolas mais característicos e economicamente relevantes do Brasil, desempenhando papel crucial na história, cultura e desenvolvimento socioeconômico do país (Silva; Pereira, 2020). Como maior produtor e exportador mundial, o Brasil concentra diversas regiões produtoras com características de solo e clima únicas, que influenciam diretamente a qualidade e identidade do produto (Oliveira; Costa, 2021). Em 2023, o país produziu aproximadamente 54 milhões de sacas de café, representando cerca de 30% da produção mundial (Embrapa, 2024). Nesse contexto, as Indicações Geográficas (IGs) surgem como instrumentos jurídicos estratégicos para valorizar e proteger a singularidade desses cafés, promovendo o desenvolvimento territorial e a sustentabilidade econômica das regiões produtoras (Pimenta; Lima, 2020).

As IGs, regulamentadas no Brasil pela Lei nº 9.279/1996 e gerenciadas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), dividem-se em Indicações de Procedência (IP) e Denominações de Origem (DO), tendo como objetivo garantir a autenticidade e a reputação de produtos vinculados a territórios específicos (Brasil, 1996; INPI, 2025). O uso dessas ferramentas tem se intensificado na cadeia produtiva do café, especialmente para destacar a qualidade e a identidade cultural das regiões tradicionais, como o Cerrado Mineiro, Sul de Minas, Chapada Diamantina e Alta Mogiana, que são responsáveis por cerca de 70% da produção nacional de cafés especiais (Lima et al., 2023).

Nesse contexto, este artigo apresenta um mapeamento das IGs brasileiras aplicadas à produção de café, considerando o período recente, em que houve significativas atualizações no INPI sobre os registros das IGs. Especialmente, concentra-se nas principais regiões produtivas com IG reconhecida, situadas nos estados de Minas Gerais,



São Paulo, Bahia, Paraná, Espírito Santo e Rondônia. Conceitualmente, o estudo aborda os aspectos regulatórios, produtivos, econômicos e sociais relacionados às IGs.

Compreender como as IGs impactam a produção de café no Brasil, especialmente em termos de qualidade do produto, fortalecimento da identidade territorial e promoção do desenvolvimento socioeconômico local (Vieira et al., 2019; Matos; Braga, 2023) é essencial.

Assim, este estudo busca contribuir para o entendimento aprofundado das IGs como instrumentos capazes de agregar valor ao café brasileiro, fortalecendo não apenas a qualidade do produto, mas também a identidade cultural e o desenvolvimento sustentável das regiões produtoras. Ao mapear as principais IGs reconhecidas e analisar seus impactos regulatórios, produtivos, econômicos e sociais, espera oferecer subsídios relevantes para estratégias de mercado e práticas agrícolas que promovam a valorização contínua do café nacional.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza básica, com objetivos exploratórios e abordagem predominantemente qualitativa. A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender em profundidade os conceitos e as práticas relacionadas às IGs aplicadas à produção de café no Brasil, considerando aspectos territoriais, econômicos e culturais.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da análise crítica e sistemática de artigos científicos, documentos oficiais e relatórios técnicos, coletados em bases de dados renomadas como Portal de Periódicos da Capes, a base de dados Scopus e Google Scholar, além de fontes institucionais como o INPI. A seleção dos materiais priorizou publicações entre 2010 e 2025, garantindo a atualização do referencial teórico.

Quanto aos procedimentos técnicos, adotou-se a análise de conteúdo, conforme metodologia proposta por Bardin (2011), para identificar e interpretar as principais categorias temáticas relativas às IGs do café, tais como qualidade, identidade territorial e impacto socioeconômico. Essa técnica possibilitou a sistematização dos dados qualitativos, facilitando a compreensão dos padrões e tendências presentes na literatura (Bardin, 2011).

A coleta de dados envolveu duas etapas principais: (1) levantamento dos registros oficiais de IGs vinculadas à produção de café no Brasil, disponíveis na base de dados do INPI (INPI, 2025), incluindo informações sobre delimitação geográfica, tipo de IG (IP ou DO) e situação do registro; e (2) análise dos conteúdos acadêmicos e técnicos que discutem o papel das IGs para a valorização do café, desenvolvimento local e sustentabilidade (Pimenta; Lima, 2020). Essa combinação de fontes permitiu construir um panorama abrangente e crítico das IGs do café no Brasil, alinhando aspectos jurídicos, produtivos e territoriais, conforme recomendação de Silva e Pereira (2020) sobre a importância de integrar conhecimento multidisciplinar em estudos sobre propriedade intelectual e inovação.

Apesar da extensa pesquisa bibliográfica e da análise de conteúdo adotadas, este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas. Primeiramente, a dependência de fontes secundárias pode limitar a abrangência e atualidade dos dados, especialmente diante das rápidas mudanças no cenário das IGs. Além disso, a seleção dos materiais com recorte temporal entre 2010 e 2025, embora atualizada, pode deixar de fora contribuições relevantes publicadas fora desse intervalo. Outro potencial viés reside na predominância de estudos acadêmicos e relatórios institucionais, que podem refletir perspectivas específicas, restringindo a diversidade de visões sobre o tema. A ausência de dados primários ou entrevistas com atores locais também limita a análise aprofundada das dinâmicas práticas e desafios reais enfrentados pelos produtores. Esses aspectos



ressaltam a necessidade de complementação futura por meio de pesquisas empíricas e qualitativas que possibilitem uma compreensão mais integrada e contextualizada das IGs aplicadas ao café no Brasil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O café foi introduzido no Brasil no início do século XVIII, inicialmente cultivado em pequenas plantações no estado do Pará. Sua expansão ocorreu entre o final do século XVIII e início do século XIX, especialmente nas regiões do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista, áreas que se tornaram polos centrais da cafeicultura nacional (Pimenta; Lima, 2020). Este desenvolvimento posicionou o café como motor econômico do país ao longo do século XIX e início do século XX, moldando não apenas a economia, mas também a estrutura social e territorial do Brasil (Silva; Pereira, 2020).

O café figura entre as bebidas mais consumidas no mundo, e apesar de ter enfrentado preconceitos e campanhas de desvalorização ao longo da história, seu consumo continua em expansão. A sociedade incorporou o hábito de consumir café, sendo que a bebida está presente em diferentes contextos e ocasiões. Além do prazer associado ao seu consumo, a bebida também é reconhecida por oferecer benefícios à saúde, o que reforça ainda mais sua popularidade (Mundim et al., 2024).

A influência do café estendeu-se à formação de redes logísticas, surgimento de cidades, construção de ferrovias e portos, e moldou relações de trabalho que inicialmente se basearam na escravidão e, posteriormente, no trabalho assalariado. Esse panorama histórico tem sido amplamente analisado em estudos que ressaltam o impacto da cafeicultura no desenvolvimento regional e nacional (Vieira et al., 2019; Matos; Braga, 2023).

Com a chegada dos cafés especiais, houve uma transformação no modelo produtivo, voltando-se para o controle rigoroso da qualidade e para a diferenciação no mercado global. As IGs surgem nesse contexto como ferramentas estratégicas para proteger e valorizar a singularidade dos cafés regionais, reconhecendo o vínculo intrínseco entre o produto e seu território de origem (Costa; Andrade, 2021).

O Brasil destaca-se pela ampla diversidade de suas condições naturais e culturais, que resultam em cafés com perfis sensoriais variados, o que confere vantagem competitiva no mercado nacional e internacional, especialmente no segmento de cafés especiais (Oliveira; Costa, 2021; Silva; Pereira, 2020). Entre os fatores agroecológicos, a altitude exerce papel determinante na qualidade do café, com regiões acima de 800 metros, propiciando maior acidez e complexidade aromática. O tipo de solo argiloso, arenoso ou granítico influencia as propriedades químicas e físicas do grão, refletindo em sabores e aromas diversos (Lima et al., 2023). As práticas agrícolas tradicionais também são essenciais para a qualidade final. Técnicas como colheita seletiva, secagem controlada e uso de variedades específicas, como Bourbon, Catuaí e Mundo Novo, reforçam a identidade regional e são protegidas pelas IGs, preservando o saber-fazer local (Pimenta; Lima, 2020; Vieira et al., 2019).

Os cafés com IG apresentam uma ampla gama de notas sensoriais, desde frutadas e florais até achocolatadas, cítricas e carameladas, o que atende a diferentes públicos e potencializa a diversificação e competitividade do produto brasileiro (Oliveira; Costa, 2021). Além disso, a organização social dos produtores e a tradição local contribuem para práticas sustentáveis que integram cultura, meio ambiente e economia regional, consolidando a identidade territorial (Costa; Andrade, 2021; Matos; Braga, 2023).



Os resultados desta pesquisa evidenciam que o Brasil possui atualmente 20 IGs registradas para a produção de café, sendo 8 DO e 12 IP, distribuídas principalmente em Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Paraná, Espírito Santo e Rondônia, com predomínio do tipo arábica e alguma participação do tipo conilon nas regiões capixabas e baianas (INPI, 2025). Esses registros ilustram a complexidade territorial e econômica do setor cafeeiro brasileiro.

Para sintetizar essas informações, o Quadro 1 apresenta a data de registro de forma crescente, nome de cada IG, tipo de cada IG, estado da IG, variedade do café, delimitação municipal, perfil sensorial e principais desafios ou oportunidades, segundo dados do INPI, 2025.

Quadro 1 – Quadro completo das IGs de Café no Brasil.

Data do registro	Nome da IG	Tipo da IG	Estado da IG	Variedade do café	Delimitação, principais municípios	Características sensoriais do café	Principais desafios e oportunidades
31/05/2011 (atualizado 09/06/2020)	Mantiqueira de Minas	DO	Minas Gerais	Arábica	25 municípios da região da Mantiqueira	Notas florais, acidez vibrante, sabor doce e equilibrado	Manutenção da qualidade, pressões urbanas e ambientais
25/09/2012	Norte Pioneiro do Paraná	IP	Paraná	Arábica / Robusta	45 municípios do norte do Paraná	Aroma floral, sabor variado	Diversificação e manejo sustentável
17/09/2013	Alta Mogiana	IP	São Paulo / Minas Gerais	Arábica	Municípios em São Paulo e Minas Gerais (ex: Franca, Batatais, Patrocínio Paulista, Capetinga, Ibiraci)	Sabor adocicado, aroma intenso	Qualidade e sustentabilidade
31/12/2013 (atualizado 15/03/2022)	Região do Cerrado Mineiro	DO	Minas Gerais	Arábica	Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Alto São Francisco e Noroeste	Corpo acentuado, acidez média, notas frutadas e cítricas	Desafios climáticos (geadas), expansão sustentável, inovação tecnológica
19/07/2016	Região de Pinhal	IP	São Paulo	Arábica	Municípios como Espírito Santo do Pinhal, Santo Antônio do Jardim, Aguai, São João da Boa Vista, entre outros	Sabor doce, corpo equilibrado	Expansão agrícola e conservação ambiental
14/05/2019	Oeste da Bahia	IP	Bahia	Robusta (Conilon)	Municípios do oeste baiano com altitudes	Corpo forte, amargor	Sustentabilidade e conservação



					acima de 700m		
24/11/2020	Campos das Vertentes	IP	Minas Gerais	Arábica	17 municípios da região	Corpo médio, sabor frutado	Preservação da cultura local e mercado
15/12/2020	Matas de Minas	IP	Minas Gerais	Arábica	Municípios do interior de Minas Gerais	Sabor doce, acidez moderada	Valorização do produto e mercado local
02/02/2021	Caparaó	DO	Minas Gerais / Espírito Santo	Arábica	16 municípios entre Minas Gerais e Espírito Santo	Doçura acentuada, aroma intenso, corpo médio	Expansão da produção e investimentos em sustentabilidade
04/05/2021	Montanhas do Espírito Santo	DO	Espírito Santo	Arábica	Municípios como Afonso Claudio, Alfredo Chaves, Domingos Martins, Santa Maria de Jetibá etc.	Aroma floral, sabor adocicado e corpo médio	Pressão urbana, necessidade de manejo sustentável
11/05/2021	Café Conilon	IP	ES	Robusta (Conilon)	Limites geopolíticos do estado do Espírito Santo	Sabor encorpado, amargor	Manejo sustentável, combate a doenças
01/06/2021	Matas de Rondônia	DO	Rondônia	Robusta (Conilon)	Municípios como Cacoal, Rolim de Moura, Espigão D'Oeste, Santa Luzia D'Oeste, entre outros	Sabor encorpado, amargor característico	Desmatamento e manejo ambiental
22/11/2022	Região da Garça	IP	São Paulo	Arábica	Centro-oeste paulista - conjunto de 15 municípios do estado de São Paulo: Garça, Gália, Vera Cruz, Marília, Alvinlândia, Álvaro de Carvalho, Duartina, Cafelândia, Pirajuí, Júlio Mesquita, Guarantã, Ocaçu, Lupércio, Lucianópolis e Fernão	Corpo equilibrado, aroma adocicado	Desenvolvimento local, qualidade
25/07/2023	Sudoeste	IP	Minas	Arábica	21 municípios no	Corpo suave, acidez	Desenvolvimento tecnológico e



	de Minas		Gerais		sudoeste mineiro	moderada	mudanças climáticas
19/09/2023	Canastra	DO	Minas Gerais	Arábica	Municípios de Medeiros, Bambuí, Doresópolis, Pimenta, Piunhi, Capitólio, São João Batista do Glória, Vargem Bonita, São Roque de Minas e Delfinópolis	Aroma intenso, acidez equilibrada, corpo médio	Manutenção da tradição e gestão ambiental
15/10/2024	Chapada Diamantina	DO	Bahia	Arábica	24 municípios na Mesorregião Centro Sul Baiano	Notas frutadas, acidez vibrante, corpo leve	Conservação ambiental e desenvolvimento turístico sustentável
03/12/2024	Vale da Gramma	IP	São Paulo	Arábica	Território do município de São Sebastião da Gramma, estado de São Paulo	Notas florais, acidez equilibrada	Preservação ambiental, turismo rural
14/04/2025	Região do Cerrado Mineiro	IP	Minas Gerais	Arábica	Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Alto São Francisco e Noroeste	Corpo acentuado, acidez média, notas frutadas	Geadas, expansão sustentável, inovação tecnológica
03/06/2025	Café de Torrinha	IP	São Paulo	Arábica	Município de Torrinha, Estado de São Paulo	Sabor doce, corpo médio	Sustentabilidade, qualificação da produção
01/07/2025	Mandaguari	DO	Paraná	Arábica	Municípios de Apucarana, Arapongas, Cambira, Jandaia do Sul, Mandaguari e Marialva	Sabor equilibrado, aroma floral	Expansão da produção e adoção de tecnologia

Fonte: Elaborada pelas autoras.

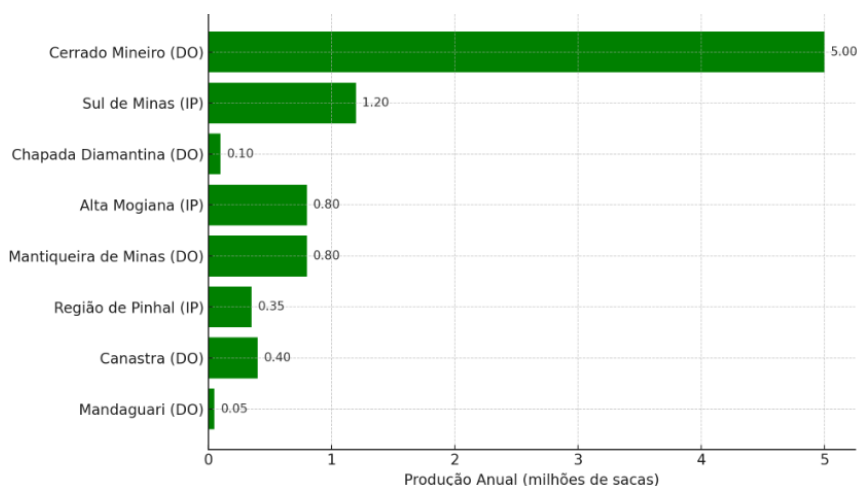
Dentre os 20 registros analisados, destaca-se a recente concessão da DO ao café de Mandaguari, no Paraná, como um exemplo da singularidade que pode ser atribuída ao *terroir* e às condições específicas de cultivo de cada região. No caso de Mandaguari, pesquisas conduzidas pela área de genética da Universidade Federal do Paraná (UFPR) comprovaram a presença de um microrganismo natural nos grãos de café que, diferentemente do observado em outras regiões, não consome os açúcares presentes durante o processo de maturação. Esse fator microbiológico confere um perfil com sabor mais doce e notas marcantes de chocolate, caramelo e frutas vermelhas, elevando sua reputação e potencial competitivo. Essa combinação entre elementos naturais, conhecimento científico e práticas agrícolas específicas reforça o valor estratégico das IGs



como instrumentos de valorização comercial, proteção territorial e identidade cultural no setor cafeeiro brasileiro (Governo do Estado do Paraná, 2025).

A extensão territorial do Brasil denota uma produção de café diferenciada, a variação de produção entre as regiões certificadas é expressiva. A seguir, o Gráfico 1 ilustra esses volumes anuais de forma comparativa. O Cerrado Mineiro lidera com cerca de cinco milhões de sacas, seguido por Sul de Minas e Alta Mogiana, o que demonstra a centralidade dessas regiões no fornecimento de cafés especiais (Lima et al., 2023).

Gráfico 1: Produção Anual de Café nas Principais Regiões com IG.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

No que tange aos aspectos socioambientais, o sul de Minas destaca-se por projetos de cafés orgânicos e sistemas agroflorestais que abrem nichos de mercado para consumidores conscientes, enquanto o Cerrado Mineiro, embora mais lento na adoção de práticas orgânicas, investe em eventos e premiações internacionais para criar um “efeito vitrine” que valoriza sua marca territorial (Vieira et al., 2019).

O reconhecimento da marca por meio da IG é um fator determinante que contribui para a inserção dos produtores em mercados de café *premium*. Esses mercados, por valorizarem atributos como qualidade sensorial, rastreabilidade e sustentabilidade, tendem a remunerar melhor os produtos certificados, oferecendo preços mais elevados. Como resultado, os produtores têm acesso a uma fonte de renda mais estável e lucrativa, o que favorece a continuidade da atividade cafeeira, além de estimular o aprimoramento contínuo dos processos produtivos e o fortalecimento da reputação da marca no cenário nacional e internacional (Mundim et al., 2024).

Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento em seu relatório de acompanhamento da safra brasileira de 2025, o cultivo de café no Brasil está presente em todas as regiões geográficas e em 20 estados da Federação, porém, a Região Sudeste se destaca como líder na produção, com estimativa de 48,38 milhões de sacas para 2025, representando 87% do total nacional. Em seguida, estão a Região Nordeste (6,6%), Região Norte (4,2%), Região Sul (1,3%) e, por fim, a Região Centro-Oeste, com menos de 1% da produção estimada (Conab, 2025).

Em complemento, a Figura 1 apresenta a distribuição espacial das 20 IGs de café no Brasil. Observa-se forte correlação entre tradição produtiva e registros concedidos, com concentração na Região Sudeste do país.



Figura 1: Distribuição das IGs de café no Brasil.



Fonte: Elaborado pelas autoras por meio da ferramenta Google My Maps

O mapa apresentado na Figura 1 evidencia que não apenas o volume expressivo da produção de café, mas também a tradição agrícola consolidada e um ecossistema institucional mais estruturado, composto por organizações de produtores, instituições de pesquisa e políticas públicas de apoio. Esses pontos contribuem para a concentração das IGs na Região Sudeste, especialmente nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Essa configuração territorial reforça a ideia de que o reconhecimento de uma IG está intimamente relacionado à qualidade diferenciada do produto, à capacidade de agregar valor e à organização coletiva dos agentes locais, elementos considerados essenciais para a construção e manutenção de ativos territoriais de origem (Pimenta; Lima, 2020; Vieira; Lourenzani; Pellin, 2019).

Contudo, as IGs não devem ser tratadas como uma solução imediatista para os desafios de uma região. Seus efeitos positivos não decorrem exclusivamente da obtenção do registro, mas sim do engajamento conjunto e contínuo de todos os atores locais. A IG deve ser compreendida como uma ferramenta de valorização territorial, e não como um fim em si mesma (Vieira et al., 2019).

Diante desses achados, entende-se que quatro linhas de ação são necessárias para fortalecer as IGs:

(a) Comitês regionais de governança, replicando o modelo do Cerrado Mineiro, reunindo produtores, cooperativas e poder público para pactuar normas, coordenar investimentos e promover ações conjuntas de mercado;

(b) Programas integrados de extensão universitária e técnica, voltados ao financiamento de boas práticas agrícolas e certificações complementares, como já ocorre na Chapada Diamantina, onde tais iniciativas têm estimulado turismo rural e conservação ambiental (Rapini; Righi, 2015).

(c) Fortalecimento da marca dos produtores, que se traduz em uma vantagem competitiva no mercado. A certificação permite que esses produtores comuniquem de forma eficaz sua trajetória, suas práticas sustentáveis e o compromisso com a qualidade. Essa transparência contribui para a construção de uma reputação sólida, favorecendo a fidelização dos consumidores e o reconhecimento do produto nos segmentos mais exigentes (Mundim et al., 2024).



(d) Programas de suporte e capacitação da gestão no pós-registro, conforme apontado por Vieira et al. (2019), pois entre as IGs concedidas no Brasil ainda persistem fragilidades nos mecanismos de gestão após o registro, uma vez que os benefícios econômicos não se concretizam de forma imediata.

Sugere-se que essas iniciativas sejam implantadas em parceria com secretarias estaduais de agricultura e agências de desenvolvimento regional, garantindo uma abordagem colaborativa, eficaz e perene.

4 CONCLUSÃO

As IGs vêm se consolidando como instrumentos estratégicos para a valorização da produção cafeeira no Brasil, ao promoverem a diferenciação dos produtos com base em atributos territoriais, culturais e sensoriais singulares. Este estudo demonstrou que as IGs de café desempenham papel relevante não apenas na proteção jurídica e na promoção comercial, mas também na geração de externalidades positivas para os territórios, como o fortalecimento da identidade local, o estímulo à inovação social e tecnológica, e a promoção do desenvolvimento sustentável.

A partir da análise das 20 IGs registradas até 2025, observou-se forte concentração na Região Sudeste, especialmente em Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, refletindo não apenas a expressividade da produção cafeeira nesses estados, mas também a maturidade institucional, a organização coletiva dos produtores e a presença de políticas públicas de apoio. As regiões certificadas destacam-se por cafés com características sensoriais específicas, altos padrões de qualidade e maior valorização no mercado, evidenciando a correlação entre a certificação geográfica e o aumento do valor econômico.

No entanto, os desafios persistem. A padronização da qualidade, a gestão pós-registro, a comunicação efetiva dos diferenciais da IG ao mercado e a superação de entraves burocráticos ainda carecem de ações estruturadas e contínuas. O fortalecimento dos conselhos gestores, o incentivo à extensão rural qualificada, a articulação interinstitucional e a diversificação das estratégias de comercialização se apresentam como caminhos promissores para consolidar os ganhos proporcionados pelas IGs.

No Brasil as IGs de café extrapolam sua função inicial de certificação de origem e se constituem como mecanismos de governança territorial, promoção da sustentabilidade e valorização dos saberes tradicionais. Para que seu potencial se concretize plenamente, é necessário o engajamento articulado entre produtores, poder público, instituições de pesquisa e sociedade civil, visando ampliar a inclusão, a competitividade e a resiliência dos territórios cafeeiros.

Pesquisas futuras que aprofundem os aspectos empíricos por meio de estudos de campo e análise de dados primários contribuirão para o aperfeiçoamento das políticas públicas e para a ampliação do conhecimento sobre as dinâmicas territoriais associadas às IGs. Por exemplo, sugere-se a realização de entrevistas semiestruturadas com produtores, gestores de conselhos de IG e agentes públicos para capturar práticas, desafios e expectativas locais, enriquecendo o entendimento qualitativo das dinâmicas territoriais; coleta de dados em parceria com agências de estatística e órgãos de fomento para obter séries históricas de preços e volumes de café em nível de município ou submunicípio, permitindo análises de regressão espacial e identificação de determinantes ambientais e institucionais do prêmio de preço. Ao adotar essas abordagens, futuros trabalhos poderão aprofundar o conhecimento sobre os mecanismos de valorização conferidos pelas IGs e fortalecer as bases empíricas para formulação de políticas de desenvolvimento territorial mais eficazes.



REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/hhywJFvh7ysP5rGPn3QRFWf/>. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.279**, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 maio 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm. Acesso em: 9 jul. 2025.

BUAINAIN, A. M.; PAES DE SOUSA, R.; BORGES, C. J. S. Indicação geográfica e desenvolvimento territorial: uma proposta metodológica para avaliação de impactos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 109-126, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600006>. Acesso em: 9 jul. 2025.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento da Safra Brasileira: Café – Safra 2025. Brasília, jul. 2025. Disponível em: <https://www.conab.gov.br>. Acesso em: 05 jul. 2025.

COSTA, A.; ANDRADE, P. Políticas públicas e incentivos à inovação no agronegócio. *Revista de Economia Rural*, v. 58, n. 4, p. 589-605, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rer.v58i4.589-605>. Acesso em: 9 jul. 2025.

COSTA, L. P. da; CAMPOS, R. G. Indicações geográficas, inovação e tradição: uma articulação possível? *Revista Brasileira de Inovação*, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61-88, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rbi.v17i1.8650007>. Acesso em: 9 jul. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Valorização: café de Mandaguari conquista a 20ª Indicação Geográfica do Paraná. Agência de Notícias do Paraná, 01 jul. 2025. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Valorizacao-cafe-de-Mandaguari-conquista-20a-Indicacao-Geografica-do-Parana>. Acesso em: 21 jul. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Base de dados de Indicações Geográficas. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br>. Acesso em: 02 jul. 2025.

LIMA, D. F. et al. Diagnóstico do potencial de indicação geográfica do café da Chapada Diamantina-Bahia sob a ótica da metodologia do SEBRAE. **Revista de Gestão e Secretariado** (Management and Administrative Professional Review), São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscaror.html?task=detalhes&source=all&id=W4388187738>. Acesso em: 9 jul. 2025.

MATOS, K. F. da S.; BRAGA, M. J. Impulsionadores da competitividade em indicação geográfica: um estudo sobre café em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, Universidade Tecnológica Federal do Paraná**, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpr.br/rpd/article/view>. Acesso em: 9 jul. 2025.



MUNDIM, V. A.; ANJOS, M. A. D. dos; AMORIM, D. A. de; COSTA, S. T. da S. Certificação do café: contribuições ao produtor, consumidor e desenvolvimento sustentável. **GETEC - Revista de Gestão, Economia e Tecnologia**, v. 20, p. 18–36, 2024.

OLIVEIRA, A. L.; COSTA, F. S. Caracterização sensorial de cafés com indicação geográfica. **Journal of Food Quality**, v. 12, n. 2, p. 110-120, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339177670_AS_INDICACOES_GEOGRAFICAS_COMO_INSTRUMENTO_DE_CRIACAO_DE_VALOR_PARA_O_SETOR_CAFEEIRO_BRASILEIRO. Acesso em: 8 jul. 2025.

PIMENTA, M. E. P.; LIMA, L. C. A indicação geográfica como instrumento de desenvolvimento local: o caso do café do Cerrado Mineiro. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 16, n. 2, p. 134-151, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/34984/1/ndica%C3%A7%C3%A3oGeogr%C3%A1ficaCaf%C3%A9.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2025.

RAPINI, M. S.; RIGHI, C. G. Indicadores para avaliação da inovação e desenvolvimento territorial. **Revista de Desenvolvimento Regional**, v. 21, n. 2, p. 132-150, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdr.v21i2.132-150>. Acesso em: 9 jul. 2025.

SILVA, M.; PEREIRA, J. A importância das indicações geográficas na valorização do café. **Revista Brasileira de Agronegócio**, v. 18, n. 3, p. 201-220, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4430-rbagro.v18n3p201-220>. Acesso em: 9 jul. 2025

SILVA, M. R.; PEREIRA, J. F. **Impactos das indicações geográficas na qualidade do café brasileiro**. Cadernos de Economia, v. 16, n. 1, p. 85-102, 2020.

VIEIRA, A. C. P.; LOURENZANI, A. E. B. S.; PELLIN, V. **As indicações geográficas como instrumento de criação de valor para o setor cafeeiro brasileiro**. DELOS - Desarrollo Local Sostenible, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscar.html?task=detalhes&source=all&id=W3005572210>. Acesso em: 02 jul. 2025.